

## CIDADES E INSURGÊNCIAS: NOVOS E VELHOS CONFLITOS, AGÊNCIAS E DIREITOS

Temos assistido, nos últimos anos, a mudanças importantes nas lutas urbanas com a intensificação de manifestações populares e o aparecimento de novos atores, agências e problemáticas espaciais. Multidões reunindo-se no Zuccotti Park, no cais José Estelita, na Taksim Square, na Praça da Estação, revigorando o significado político de ruas e praças; protestos em São Paulo, Paris, Atenas, Montreal contra despejos, gentrificação e violência policial, por moradia, espaços de lazer, transportes, direitos civis, sociais e ambientais; sublevações reticulares, por vezes virulentas, inclusive digitais, atingindo os centros de poder político e econômico e produzindo efeitos em escala há tempos desconhecidos; em toda parte, corpos nas ruas e formas virtuais de engajamento vêm transformando a cidade em universo altamente disputado.

Expressões de insubordinação popular não são de modo algum inusuais à modernidade, e muitas delas, em outras épocas, ora incidiram diretamente sobre as condições de vida nas cidades, ora suscitaram respostas políticas, jurídicas, técnicas e urbanísticas importantes. Movimentos como a Comuna de Paris, em 1871, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904, ou os levantes de Stonewall em Nova York, em 1969, por exemplo, apropriaram-se de modo tático de materiais urbanos construindo significativos eventos espaciais de resistência. Capítulos notáveis da história das políticas urbanas e do urbanismo, por outro lado, como o movimento das cidades-jardins na Inglaterra, o situacionismo na França ou o Estatuto da Cidade no Brasil, são incompreensíveis sem a referência a expressões variadas de contestação e mobilização popular.

Fato é que, há tempos, o fenômeno vem desafiando forças políticas, poderes públicos, intelectuais e meios acadêmicos, e pondo em cheque modelos clássicos de interpretação dos movimentos sociais urbanos em sua origem e consequências. Não por acaso, tantos livros, teses, seminários, conferências e exposições, e números temáticos de revistas, no Brasil e no exterior, vêm se dedicando ao estudo da formação de contra-poderes nas cidades, ocupações de terra e *squatters*, protestos e revoltas, movimentos *occupy*, etc., de camponeses e operários a ciberativistas, de sem tetos e removidos por barragens a coletivos de artistas de rua e teatro-ativistas, entre outras formas insurgentes de produção do mundo comum e afirmação do direito à cidade.

Este número temático da **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** pretende reunir contribuições ao entendimento desses processos em sua multiplicidade atual, assim como em suas expressões históricas. Como os movimentos sociais, presentes e passados, vêm se apropriando dos territórios e materiais urbanos? Quais as dimensões de inovação, singularidade e continuidade dessas mobilizações com relação a substratos de ação social herdados e agendas precedentes? Que movimentos e atores são esses, qual a sua composição social, seus códigos de coesão, suas dinâmicas, retóricas, micro e macro-estratégias e performances? De que meios, tecnologias e linguagens eles vêm se servindo? Que vontades e projetos de cidade nelas se constituem e como suas agendas se articulam a novas e velhas políticas espaciais (regionais, fundiárias, ambientais, urbanas, imobiliárias), públicas, populares, empresariais, híbridas? Qual a sua eficácia no campo da justiça espacial, suas conquistas institucionais e culturais do ponto de vista da regulação urbana, assim como seus limites e reflexos ante os poderes públicos e suas alianças e conflitos com o mundo dos negócios?

O que se visa aqui não é tanto produzir um inventário de alternativas bem sucedidas ou virtuosas em termos de urbanismo, planejamento e gestão urbana, nem exatamente uma análise de práticas modelares de produção social da cidade, em suas variadas e sedutoras modalidades. O objetivo é antes aproximar-se de experiências e imaginários insurgentes, em sua concretude socioespacial e vibrações políticas, como parte constitutiva dos processos de transformação das cidades e dos territórios e ingrediente crítico imprescindível a seu entendimento na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** políticas espaciais; direito à cidade; dissenso urbano; movimentos sociais; mobilizações civis; lutas territoriais; cidades rebeldes; multidões insurgentes; nova questão urbana; novos sujeitos políticos; coletivos urbanos; apropriação do espaço público; cidadania; militância digital; contra-poderes; urbanismo dissidente; guerrilha espacial; planejamento coletivo; gestão democrática da cidade.

### **PRAZO PARA ENVIO DOS TRABALHOS: 30 de junho a 31 de agosto de 2015.**

As submissões serão recebidas **apenas** via portal da RBEUR. Informamos que, independente do dossiê temático, a RBEUR mantém o fluxo contínuo de submissão de artigos e resenhas para publicação em cada edição. Para consultar as normas de publicação, acesse o nosso portal:

**<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/index>**

Para maiores informações, entrar em contato com a Secretaria Executiva da RBEUR:

**[revista@anpur.org.br](mailto:revista@anpur.org.br)**

Atenciosamente,

Jose Tavares Correia de Lira (FAU/USP) - **Editor Convidado do Dossiê Temático**

Ana Cristina de Almeida Fernandes (PPGEO/UFPE) - **Editora Responsável da RBEUR**

Norma Lacerda (MDU/UFPE) - **Editora Assistente da RBEUR**